COTAS SOCIAIS E RACIAIS

PORQUE, PARA QUE E PARA QUEM?

IVALDIR DONIZETTI DAS CHAGAS

RESUMO

As cotas raciais e sociais, são um tema muito discutido no Brasil, e merece mesmo essa discussão, pois os posicionamentos são os mais diversos e os pontos de vistas são opacos. Não encontramos dificuldades históricas para apontarmos a dívida que nosso país tem com os negros, pardos e indígenas e sabermos que estiveram e ainda estão sem identidade dentro de uma república federativa regida por uma Constituição. Sabermos também que até poucas décadas foi negado ao pobre o direito de

Estudar esse direito era dado aos burgueses que estudavam em escolas particulares até atingirem o ensino médio e faziam cursinhos preparatórios e caros e ocupavam os lugares nas universidade federais que seria para todos. Processo esse que está mudando somente agora na última década. Diria que a educação a nível de universidade era realmente para a Elite e a massa, pouco passava do ensino médio e olhe lá. A massa fora oferecida e ainda é, cursos profissionalizantes no intuito de colocá-la no mercado de trabalho. Se as instituições são federais e são pagas com o dinheiro do contribuinte, o negro, o pardo e demais

também são contribuintes, e educação universitária é política pública, portanto, tem que atingir a todos, de modo coletivo, se gastamos com o burguês, por que não gastar com o menos favorecido. A sociedade brasileira precisa conhecer o quanto ela ainda explora física e psicologicamente seus pares, e precisa entender que na Constituição os direitos são iguais, mas nem todos são tratados de forma igualitária. As Cotas não são o caminho, mas já mostram que alguém estudou um pouco de história, mas já mostra um pouco de consciência e mostra que os recursos podem ser gastos com uma parte da sociedade e que pode ter

uma certa dignidade, não irá resgatar o que foi perdido e nem apagar o passado, mas vislumbra que podemos fazer melhor no futuro e quem sabe sem cotas.

Sumário

1- INTRODUÇÃO
2 -DESENVOLVIMENTO
3 - A CRONOLOGIA DO NEGRO NO BRASIL ATÉ 1990
4 - A LEI ÁUREA E SEU DESENVOLVIMENTO.
5- INDÍGENAS
6 -Pardos
7 -Lei das Cotas
8- Lei de Cotas para Especiais
PORTARIA NORMATIVA Nº 18, DE 11 DE OUTUBRO DE 2012
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
CAPÍTULO II
DAS MODALIDADES DE RESERVA DE VAGAS
CAPÍTULO III
DAS CONDIÇÕES PARA CONCORRER ÀS VAGAS RESERVADAS
8-DAS VAGAS NOS CONCURSOS:

A Lei 12.990/2014 e seus artigos mais importantes são:

–A Lei nº 12.990/2014:

Resolução n. 203/2015 do Conselho Nacional de Justiça.

LEI Nº 3708, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2001.

10- CONCLUSÃO

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1- INTRODUÇÃO

O trabalho a seguir trata-se de um tema de grande importância para os dias atuais que são as cotas [1] raciais e sociais, utilizadas principalmente para o ingresso em universidade e faculdade em nível de cursos superiores e vagas em concursos públicos.

Na sua implantação, mesmo lenta e gradual, causou e tem causado muitas discussões e tem dividindo opiniões em todos os setores da

[1] - Programa de Politica Pública voltado para a Educação.

sociedade, onde houve e ainda há os prós e contras, mas abriu uma oportunidade de mostrar a todos os brasileiros os grandes erros socio-politico-administrativos de nossos governos passados dentro de sistemas políticos ultrapassados que a contemporaneidade diz que não aceita mais.

Ao mesmo tempo em que as cotas são, meio que um pagamento de uma dívida histórica da escravidão dos negros, índios e mestiços, essa dívida sendo paga fora de seu tempo histórico e cronológico, e o atraso e as mazelas que causou,

mostra o quanto nosso processo sócio político educacional pecou no passado servindo somente a uma elite privilegiada economicamente e colocando no ostracismo os negros, pardos e indígenas, e o povão mesmo, na realidade.

Mas não poderíamos esperar atitudes diferentes dos donos das colônias, aqui vou inserir as colônias portuguesas e espanholas, que eram divididas pelo Tratado de Tordesilhas, as colônias eram para isso, explorar e explorar e remeter os lucros a Coroa.

Essa sociedade colonial, imperial e até na república via seus semelhantes

como meros empregados e posses, subordinados pelo poder do capital e ter pessoas analfabetas na base da pirâmide social, sem escolarização, oriundas da escravidão e miscigenação[2] e de outros brasileiros que foram escravizados através dos séculos, é e continuará a ser uma das melhores formas hegemônica do poder.

Os meios de escolarização quando oferecia educação aos pobres, era uma educação rasa e tecnicista, isso praticamente só no Império, ou seja, uma

[2] - Dá se o nome quando raças, povos e pessoas outras origens étnicas.

educação formadora de mão de obra e não de pensantes, o pensante era para a nobreza financeira e esse modelo praticamente perdurou até o fim da ditadura militar entrando em tempos de democracia.

Filho de pobre aprendia a ler somente e muitos poucos chegavam ao ensino fundamental e tinha que trabalhar, e o filho da elite ia cursar o superior numa universidade federal que seria a todos. A Educação básica de básica mesmo só se tornou obrigatória no Brasil com a ditadura militar de Getúlio Vargas.

Com o advento das cotas, a partir do ano 2000, o Enen, o Sisu, o Prouni, o

Fies, esses outros modelos também são outras formas de cotas, visando sanar os deficitis educacionais que foram remontando durante anos as cotas raciais vieram posteriormente mais tarde (A Lei nº 12.711/2012, regulamentada pelo decreto a seguir.

Decreto nº 7.824/2012, que define as condições gerais de reservas de vagas, estabelece a sistemática de acompanhamento das reservas de vagas e a regra de transição para as instituições federais de educação superior. Há, também, a Portaria Normativa nº 18/2012, do Ministério da Educação, que estabelece os conceitos básicos para

aplicação da lei, prevê as modalidades das reservas de vagas e as fórmulas para cálculo, fixa as condições para concorrer às vagas reservadas e estabelece a sistemática de preenchimento das vagas reservadas.

A meta é ir complementando assim mais uma parcela dos excluídos pelo sistema e fazendo jus ao investimento em educação que é nunca menos de 18%, (A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394), que é uma das formas de políticas públicas e sendo públicas teriam que atender a todas as camadas da população

e não somente ao nicho dos bens nascidos.

Esperamos chegar um tempo onde não exista mais cotas, pois por mais bom que a tenhamos, ainda existe muito preconceito para com o cotista, para o bolsista e para com os que recebem algum auxílio de qualquer forma, a exemplo o Bolsa[3] Família ,(LEI Nº 10.836, DE 9 DE JANEIRO DE 2004.), que tem feito abaixar grandemente o número de analfabetos no País, Entre 2008 e 2012,

[3] - Programa de distribuição de Renda, destinado a população de baixa renda